

**Sr. Secretário-Geral de Administração (SGA),**

Versa o presente administrativo dos procedimentos de realização da Dispensa de Licitação n. 169/2024, visando à contratação do serviço de suporte técnico, incluindo as atualizações, a manutenção, migração, customização, orientação operacional e hospedagem em nuvem do *software Open Journal Systems* (OJS), bem como a filiação ao *CrossRef* para a prestação do serviço de atribuição de Código DOI e de verificação de similaridade dos artigos produzidos para periódicos deste Tribunal de Contas, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência (TR), em atenção à demanda que foi identificada no âmbito do Escola de Contas e Gestão (ECG).

A demanda foi formalizada pela **Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro** por meio da SIE n. ECG/TCE-RJ0124, de 25/07/2024 (peça eletrônica n. 1), encaminhada à **Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC)**, contendo anexo o Termo de Referência (TR) e as justificativas para as dispensas de apresentação do Estudo Técnico Preliminar e o Mapa de Riscos da contratação.

Também, consta na referida SIE a classificação orçamentária na Natureza de Despesa 33904006 – Locação de softwares, sendo utilizado o Programa de Trabalho 01.126.0137.8284 – Gestão da Tecnologia da Informação do TCE-RJ.

Dito isto, após regular marcha processual, a **CLC**, registra os procedimentos adotados na realização da respectiva Dispensa de Licitação (peça eletrônica n. 27), a saber:

- a) Que a contratação está fundamentada no inciso II do art. 75 da Lei Federal n. 14.133/2021
- b) Elaboração e divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação n. 169/2024, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 75 da Lei Federal n. 14.133/2021 – peça eletrônica n. 14;
- c) Adoção do menor preço global como critério de julgamento;
- d) Realização da pesquisa prévia de preços;

- e) Que para a formalização do procedimento utilizou como base o modelo empregado pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU, já apreciado pela Procuradoria-Geral do Tribunal (PGT) no bojo do Processo Administrativo TCE-RJ n. 303.756-1/2022;
- f) Que os artefatos empregados no procedimento já foram objeto de apreciação pela Procuradoria-Geral do Tribunal (PGT), com as devidas adaptações necessárias, no bojo do Processo Administrativo TCE-RJ n. 303756-1/2022;
- g) Das justificativas pela realização do procedimento simplificado de contratação;
- h) Da consignação do resultado da dispensa no Mapa Comparativo de Preços e nas Cotações e Propostas Utilizadas, peças eletrônicas n.s 18 e 19, respectivamente;
- i) Que a proposta da primeira colocada no certame encontra-se respaldada na pesquisa dos preços praticados por outros órgãos públicos e no preço encontrado na internet;
- j) Análise e aprovação pela unidade requisitante dos documentos de habilitação e da proposta comercial, no valor de **R\$9.091,46 (nove mil, noventa e um reais e quarenta e seis centavos)**, apresentada pela empresa **EDER CARLOS SALAZAR SOTTO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, CNPJ n. 33.620.529/0001-67, além disso, não há impedimentos diretos e indiretos para formalização da pretensa contratação;
- k) Ressalta pela desnecessidade de encaminhamento do processo à submissão da análise de legalidade pelo órgão de assessoramento jurídico, a que se refere o § 4º do art. 53 da Lei Federal n. 14.133/2021, considerando o contido no inciso I do art. 1º da Portaria PGT n. 001, de 09/07/2024, que regulamenta as **hipóteses de dispensa de análise jurídica em processos licitatórios** no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), *in verbis*:

“Art. 1º - **Ficam dispensadas de análise jurídica específica pela Procuradoria Geral do Tribunal (PGT), na forma §5º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021**, as seguintes hipóteses de contratações diretas:

I - dispensas em razão do baixo valor, nos termos e limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, realizadas por meio de dispensa eletrônica, com publicação no PNCP e no sítio oficial do TCE-RJ, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, aplicável nos termos do art. 187 da Lei nº 14.133/2021, desde que utilizados os modelos de artefatos elaborados pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos - CNMLC/CGU/AGU e já aprovados por esta Procuradoria-Geral nos autos do Processo TCE-RJ nº 300.756-1/2022, em consonância com o art. 187 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser dispensado o ETP, de acordo com a

complexidade do caso, de forma justificada, nos termos da faculdade contida no inciso I do art. 72 da referida Lei.

Ao final, a **CLC** sugere o envio do administrativo a esta SUBLIC para análise e deliberação, com vistas à **Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG)** para emissão de empenho, com posterior devolução àquela Coordenadoria para formalização do instrumento contratual.

Pois bem, em que pese as diligências empreendidas pela CLC, de fato nota-se que a presente contratação direta encontra amparo no inciso II do art. 75 da Lei Federal n. 14.133/2021, em virtude do baixo valor alcançado ao final do procedimento.

Outrossim, também, vislumbramos não haver óbice à contratação direta em questão, vez que consta nos autos os procedimentos empreendidos para à seleção da empresa a ser contratada, bem como a razoabilidade do preço ofertado, estando atendidas as exigências do art. 72 da Lei Federal n. 14.133/2021 e, em relação aos requisitos de habilitação, verifica-se que foram juntados os documentos e certidões, devendo, a CLC, atentar-se para o atendimento a essas exigências legais no momento em que efetuar a contratação, especialmente quanto a revalidação do Certificado de Regularidade do FGTS, cuja **validade expirar-se-á em 22/09/2024**.

Por fim, considerando as disposições sobre responsabilidades, procedimentos e prazos atinentes ao ciclo da contratação, previstos no Ato Normativo n. 249, de 05/12/2023, impende registrarmos que os autos **foram inaugurados em 25/07/2024** e que, a data entre o recebimento do processo e a última instrução processual promovida pela CLC, 10/09/2024, e o encaminhamento do processo a esta SUBLIC, nesta mesma data, os prazos contidos na Tabela II da norma supramencionada foram respeitados.

Em face do exposto, comprovada a necessidade das aquisições, cumpridas as formalidades legais e da desnecessidade da análise de legalidade do procedimento na dicção do inciso I do art. 1º da Portaria PGT n. 001, de 09/07/2024,

encaminho o presente para análise e deliberação, com vistas, a adjudicação do objeto e homologação do resultado, bem como à autorização da despesa por dispensa de licitação, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei Federal n. 14.133/2021, para que no primeiro momento, os autos sejam encaminhados à **CPG** para emissão de empenho, a conta do presente exercício financeiro, em favor da empresa **EDER CARLOS SALAZAR SOTTO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, CNPJ n. 33.620.529/0001-67, no valor de **R\$9.091,46 (nove mil, noventa e um reais e quarenta e seis centavos)**.

Posteriormente, a **CPG** deverá encaminhar os autos à **CLC** para a formalização e lavratura do termo contratual com a empresa supracitada, e ao final, a remessa do processo à **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA)** para as demais medidas e providências cabíveis.

SUBLIC, na data da assinatura digital.

Eduardo dos Santos  
Assistente  
Matr.: 02/004829/0-6

**À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG),**

Em consonância com o estabelecido no art. 42 da Lei Complementar Federal n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)<sup>1</sup> e, considerando tratar-se de nova contratação, ao avaliar o enquadramento da despesa em tela quanto aos requisitos de pré-existência, continuidade e essencialidade, declaro tal despesa como: **TIPIFICADA**.

Ante o exposto, manifestando-me de acordo com a proposta formulada pela Assessoria da Subsecretaria de Licitações, Contratos, Contabilidade e Finanças (SUBLIC), e considerando o inciso I do art. 1º da Portaria PGT n. 001, de 09/07/2024, a delegação de competência contida no Ato Executivo n. 25.541, de 03/04/2023, além do disposto nos incisos IV e V do art. 72 da Lei Federal n. 14.133/2021, **ADJUDICO** o objeto da contratação pretendida, bem como **HOMOLOGO** o resultado do certame e **AUTORIZO** a despesa por dispensa de licitação, *ex vi* do inciso II do art. 75 da Lei Federal n. 14.133/2021, e a emissão de empenho, a conta do presente exercício financeiro, em favor da empresa abaixo mencionada:

Fornecedor	CNPJ	Valor R\$
EDER CARLOS SALAZAR SOTTO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	33.620.529/0001-67	9.091,46

Em prosseguimento, os autos deverão ser remetidos à **CLC** para a formalização do instrumento contratual com a empresa **EDER CARLOS SALAZAR SOTTO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** e demais providências cabíveis, especialmente quanto à revalidação do Certificado de Regularidade do FGTS, cuja **validade expirar-se-á em 22/09/2024** e a publicação no PNCP do Contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, em cumprimento ao disposto no § Único do art. 72, inciso II do art. 94 e inciso I do art. 174, todos da Lei Federal n. 14.133/2021. Por fim, o envio à **CGA** para as demais medidas e providências cabíveis.

SGA, 10/09/2024

MARCELO LANGELI CERANTO  
Secretário-Geral de Administração  
Matrícula n. 02/4345/0-6

<sup>1</sup> [1] Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. (Vide Lei Complementar nº 178, de 2021) (Vigência)

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.